



## **Compras sustentáveis: Benefícios e Obstáculos em uma Instituição de Ensino Superior Comunitária**

**Denise Helena Lombardo Ferreira**

Professora Doutora, PUC-Campinas, Brasil  
lombardo@puc-campinas.edu.br

**Cibele Roberta Sugahara**

Professora Doutora, PUC-Campinas, Brasil  
cibelesu@puc-campinas.edu.br

**Antonio Aparecido Jacob**

Mestre em Sustentabilidade, PUC-Campinas, Brasil  
jacob6873@gmail.com

## RESUMO

A prática de compras sustentáveis é relevante para o atendimento das dimensões ambiental, econômica e social. No entanto, essa prática ocorre com frequência em empresas públicas, decorrente das exigências legais da Lei de Licitação Pública. Já as Instituições de Ensino Superior Privadas não fazem parte dessa exigência. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é identificar os benefícios e os obstáculos da adoção de práticas de compras sustentáveis em uma Instituição de Ensino Superior Privada Comunitária. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como exploratória e o procedimento técnico para a coleta de dados é o documental. Como resultado, discorre-se sobre a possibilidade de adoção das principais práticas de compras sustentáveis, apresentando os obstáculos e os benefícios de compras sustentáveis em uma IES, com vistas ao atendimento das dimensões social, econômica e ambiental, com a finalidade de verificar possibilidades de implementação dessas práticas. Nas considerações finais, argumenta-se sobre as vantagens da adoção das compras sustentáveis pelas IES e destaca-se a relevância de assumir uma postura de propagação das iniciativas que promovam padrões de consumo mais sustentáveis, visto que as universidades desempenham um papel fundamental na formação social e profissional dos indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Compras Sustentáveis. Instituição de Ensino Superior. Desenvolvimento Sustentável.

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento populacional e econômico tem provocado grande pressão sobre o meio ambiente e os recursos naturais. Conforme Rodrigues et al. (2016), esse cenário aumenta a pressão e o uso de recursos naturais necessários para a sobrevivência humana.

As empresas precisam repensar seu modo de produzir, introduzindo em seus processos inovações e tecnologia para que ocorra uma redução do volume de recursos naturais aplicados na produção, alinhando-se na direção de criar diretrizes e indicadores e, por fim, elaborarem relatórios de sustentabilidade.

O consumo, seja individual ou empresarial, leva ao ato de comprar, o que em geral promove uma transformação maciça no mercado, e as compras públicas têm um papel importante nesse processo, pois o setor público é um importante agente consumidor e tem um alto poder de compra decorrente do seu elevado volume de consumo.

A lei da licitação nº 8.666 (BRASIL, 1993) trouxe a necessidade de adoção de critérios sustentáveis nas compras públicas. Nos últimos anos, as decisões de compras e contratações ultrapassaram as barreiras em se preocupar somente em medir os resultados puramente financeiros, a atenção tem sido dada também ao esgotamento dos recursos naturais.

Dentre as organizações públicas que são obrigadas a praticar compras sustentáveis em função da lei da licitação, as Instituições de Ensino Superior (IES) ocupam posição de destaque, pois possuem alta demanda de consumo e como consequência elevado volume de compra.

Embora as IES Privadas não necessitem atender a lei de licitação, há que se considerar que essas organizações desempenham um relevante papel no consumo de produtos, pois conforme o INEP (2017), em 2017, as IES privadas foram responsáveis por mais de 75% das matrículas do ensino superior e em decorrência da intensa quantidade de alunos, funcionários e frequentadores, as redes de IES privadas tornaram-se consumidoras em grandes escalas, podendo influenciar e regular o mercado de produtos sustentáveis. Considerar os aspectos da sustentabilidade na compra dos produtos, pode contribuir para mitigar impactos negativos no meio ambiente e melhorar a qualidade de vida do ser humano. Nessa linha, Appolloni et al. (2014) esclarecem que o processo de aquisição pode favorecer oportunidades para considerar

aspectos ambientais na organização.

## 2 OBJETIVO

Apontar os benefícios e os obstáculos advindos da adoção voluntária de práticas de compras sustentáveis de produtos em uma Instituição de Ensino Superior Privada Comunitária.

## 3 COMPRAS SUSTENTÁVEIS

As contratações públicas sustentáveis de acordo com a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP), do Ministério do Planejamento, criada em 2012 pelo Decreto nº 7.746 com alterações publicadas no Decreto nº 9.178, de 2017, estabelece aos dirigentes públicos como requisito para as contratações públicas considerar no processo de contratação critérios de sustentabilidade, a fim de atender ao "interesse público de uma sociedade mais justa e igualitária" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2023, p. 1).

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, representa a principal norma que rege as contratações públicas no Brasil e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, regulamentando o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal (BRASIL, 1993).

Em geral a cultura presente é o estímulo ao consumo, e seu ato é composto por escolhas e decisões que podem interferir na vida e na continuidade das gerações, de forma que o individual e o coletivo, o público e o privado têm sua parcela de contribuição e responsabilidade no processo (SILVA; GOMES, 2017).

Por outro lado, a questão ambiental oportuniza a discussão de dilemas cruciais no cenário contemporâneo, tais como a redefinição do papel do Estado, enfatizando sua importância e responsabilidade quanto às suas políticas públicas e ações práticas. As políticas públicas têm o desafio de promover o bem-estar da sociedade, a satisfação das pessoas (individual e coletiva), a justiça social e a consolidação da democracia, tendo como destaque a questão social e a questão ambiental. A partir desta nova visão surgem as compras públicas sustentáveis como um exemplo de responsabilidade social e ambiental, com respaldo normativo e legal (SILVA; GOMES, 2017).

Nos modelos atuais de compras, o fator preço deixa de ser o mais importante na decisão pela aquisição, os riscos quanto à segurança dos trabalhadores, bem como os impactos ambientais devem ser considerados, para que a imagem da empresa não possa ser comprometida (CRESPIN-MAZET; DONTENWILL, 2012). Portanto, as compras sustentáveis abrem caminhos para efetivar, na prática, posturas assumidas na teoria (discursos oficiais, acordos e normas internas).

Mas é preciso ter presente também os critérios de elegibilidade das propostas de compras públicas sustentáveis, amparados segundo o Ministério do Planejamento (2023, p. 1) na avaliação de bens e serviços que possuam "características e especificações adequadas, tanto em termos de qualidade e funcionalidade, quanto dos princípios e deveres do Estado definidos na Constituição Federal". Está claro, sobretudo, que é importante "a qualidade e a conformidade com o devedor do Estado de proteção ao meio ambiente", e não apenas o critério preço como parâmetro para a escolha de propostas.

Como apontam Paes et al. (2019) o crescimento econômico não deve ser a única preocupação de governos e organizações, mas sim promover o bem-estar da sociedade. Ademais, os mesmos autores destacam que a existência do fechamento de contratos sustentáveis firmados pelas organizações favorece o fortalecimento da produção sustentável, sobretudo em nível local. Esse pensamento está de acordo com ICLEI (2015) ao afirmar que a adoção das práticas de compras sustentáveis pode favorecer o desenvolvimento dos mercados e comunidades locais com possível geração de empregos (empregabilidade).

Trata-se, portanto, de adotar práticas para melhorar qualitativamente o processo de compras. O que pode ocorrer, por exemplo, com: "a aquisição de computadores verdes, equipamento de escritório feitos de madeira certificada, papel reciclável, transporte público movido a energia mais limpa" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2023, p. 1), entre outras práticas, que possam caminhar para a redução de impactos negativos para a sociedade.

#### **4 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

As Instituições de Ensino Superior no Brasil podem ser públicas ou privadas. As IES públicas são aquelas mantidas pelo Poder Público, na forma Federal, Estadual ou Municipal. Essas instituições são financiadas pelo Estado e não cobram matrícula ou mensalidade.

Já as IES privadas são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro. As instituições privadas sem finalidade de lucro são: Comunitárias: incluem, em sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; Confessionais: atendem a determinada orientação confessional e ideológica; Filantrópicas: prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado.

Para que as instituições privadas possam se manter e oferecer seus serviços de ensino, cobram uma mensalidade, e seus alunos efetuam o pagamento com recursos próprios ou através de crédito estudantil. Conforme previsto na legislação brasileira, a Universidade privada pode receber o título de Universidade comunitária.

As IES comunitárias são muitas vezes confundidas com as Universidades privadas porque ambas têm recursos extraídos das mensalidades. No entanto, embora na IES comunitária o aluno invista um valor mensal para cursar a graduação ou especialização, é caracterizada como sem fins lucrativos. O objetivo de uma IES comunitária está voltado para a educação e serviços sociais com o intuito de melhorar a qualidade de vida da sociedade. Os recursos arrecadados são revertidos para o ensino, pesquisa e projetos de extensão que atendem à comunidade.

O sistema de Ensino Superior brasileiro vivenciou importantes mudanças nas últimas décadas, experimentou altas taxas de crescimento em um intervalo de 20 anos, tendo as IES privadas se destacado com um crescimento de 197%, contra os 40% das públicas e, portanto, ocupa um papel relevante na Educação Superior. Esse crescimento fez o setor privado tornar-se responsável pelo maior número de matrículas das últimas décadas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Proporcionalidade do número de matrículas efetuadas entre o setor público e privado, Brasil, 1933-2017 (em porcentagem)

Ano	1933	1960	1980	2017
<b>Setor Privado</b>	43,7	41,4	64,3	75
<b>Setor Público</b>	56,3	58,6	35,7	25

Fonte: INEP (2016, 2017, 2018a), Martins (2009) e Sampaio (2000).

A Tabela 1 permite observar que o crescimento de IES privadas ganha destaque a partir da década de 60. O ritmo de matrículas no Ensino Superior tem se mantido, em 2021, o número de matriculados no setor privado foi de 77% e no setor público 23%. (INEP, 2021). Fato esse provocado pelo crescimento populacional, pela ausência de vagas no ensino público e pelo favorecimento de programas de financiamento estudantil.

Dentre as regiões geográficas brasileiras, a Sudeste tem maior concentração de IES privadas, pois conforme Barros (2015), de 2001 a 2010, o número de matrículas em cursos de graduação por região geográfica cresceu 79% e desse total, 48,7% destinavam-se à região Sudeste.

No período de 2015 a 2017 o número de IES privadas no Brasil teve o crescimento de 4%, passando de 2.069 para 2.152. Desse total, 1.121 IES estavam localizadas na região Sudeste. Apesar dessa região concentrar o maior número de IES privadas, nesse período o seu crescimento foi de apenas 0,26%, contra um crescimento da região Nordeste de 13,3%, passando de 456 para 517 (INEP, 2016, 2017, 2018b).

## 5 MÉTODO DA PESQUISA

### 5.1 Caracterização do Método

A pesquisa classifica-se como exploratória, à medida que busca identificar a aplicação da prática de compras sustentáveis em IES. Para Collis e Hussey (2005), a pesquisa exploratória ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática estudada, buscando-se conhecer com maior profundidade o assunto de modo a torná-lo mais claro e proporcionar uma visão geral acerca do fato. A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, como por exemplo, o levantamento bibliográfico e a análise de amostras que estimulem a compreensão (GIL, 2012).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, pois, além do levantamento teórico, avalia números e informações para, a partir disso, obter uma análise que postula a existência de uma realidade externa que pode ser examinada com objetividade pelo estabelecimento de relações causa-efeito, a partir da aplicação de métodos quantitativos de investigação que permitem chegar a verdades universais (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006).

No tocante aos procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados, para condução deste trabalho, adota-se a pesquisa documental, uma vez que o documento é a base do seu instrumento de análise. Não obstante, a definição de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. Os documentos são usados como fontes de conhecimentos, informações e esclarecimentos que trazem sua essência destinada a elucidar determinadas questões e valer de prova para outras (FIGUEIREDO, 2007).

A pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam nenhuma análise, ou seja, as fontes são primárias, exigindo assim do pesquisador um estudo mais cuidadoso, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico (OLIVEIRA, 2007). Esse tipo de levantamento possibilita a análise de determinada problemática de forma indireta por meio do estudo dos documentos que são preparados por seres humanos, e por isso, revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato.

Com o objetivo de verificar preços e demais condições comerciais dos produtos que fazem parte do objeto de estudo, foram realizadas consultas e pesquisas a documentos que dispõem sobre os processos de compras da IES estudada, que são compostos por (a) Requisição de Materiais (RM), (b) orçamentos apresentados pelos fornecedores, (c) mapa comparativo de preços e (d) pedido de compras. Adicionalmente, foram feitas consultas nos sites dos fornecedores dos produtos analisados com a finalidade de identificar a existência de produtos sustentáveis, bem como relatórios de sustentabilidade desses fornecedores.

## **5.2 Caracterização do objeto de estudo**

O presente estudo teve como foco uma Instituição de Ensino Superior Privada Comunitária que leva em conta valores relacionados aos Compromissos Sociais, Responsabilidade com o Meio Ambiente e Desenvolvimento com Sustentabilidade econômico-financeira.

Toda demanda de compra de produtos e serviços recebida pelo Departamento de Compras é solicitada pelo requisitante. O requisitante é um colaborador autorizado a emitir uma (RM) e/ou Solicitação de Serviço (SS) para atendimento das suas necessidades internas. O requisitante está subordinado a um aprovador técnico, e por sua vez é submetido a um aprovador orçamentário.

O processo de cotação e compras de produtos e serviços envolve agentes, atividades e ações que visam à efetivação de uma aquisição e, conseqüentemente, ao atendimento de uma demanda por meio da emissão de um pedido de compras. Os agentes principais são: requisitante, aprovador de mérito, aprovador orçamentário, Departamento de compras e fornecedor.

O Comprador deve, via Portal de Compras, analisar as propostas recebidas; as condições comerciais apresentadas por cada um dos fornecedores; selecionar a proposta com a melhor condição comercial (menor custo, melhor condição de pagamento, etc.), dentre aquelas que atendem às necessidades técnicas e de prazos; e finalizar o processo com a emissão do pedido de compras.

O Departamento de Compras atende aproximadamente 500 centros de custos, com uma média mensal de 965 pedidos de compras emitidos e 1.300 itens adquiridos, incluindo produtos e serviços.

## **5.3 Coleta e Tratamento dos Dados**

O estudo foi iniciado a partir de um levantamento documental, foram utilizados dados coletados dos processos de compras disponíveis no Portal de compras que são compostos por

uma (RM), orçamentos e planilha comparativa de preços dos fornecedores participantes do processo de cotação. Também foram feitas pesquisas por meio da Internet nos sites dos fornecedores da Universidade.

Dentre os diversos produtos de consumo utilizados pela Universidade com possibilidade de aquisição através das exigências com critérios sustentáveis, neste estudo foram selecionados os seguintes produtos: (a) Papel Sulfite A-4 75 g. branco (1.500 resmas de 500 folhas), (b) Copo plástico descartável 180 ml (1.000 embalagens com 100 unidades) e (c) Mexedor plástico para café (100 embalagens com 500 unidades).

A escolha desses produtos ocorreu devido ao expressivo volume de compra. Além disso, os descartes dos produtos inutilizados e de suas embalagens geram impactos ao meio ambiente.

Após a seleção dos produtos, definiu-se como ação inicial, um levantamento de informações junto aos processos de compras da IES estudada, como também das possíveis fontes supridoras para cada produto, objetivando a obtenção de preços e demais condições comerciais para uma comparação entre os produtos considerados sustentáveis e os produzidos pelos métodos convencionais.

Para a realização dos processos de cotação de compras convencionais *versus* sustentáveis foram consultadas as informações disponíveis nos processos de compras da IES estudada, tais como, o consumo médio mensal e o respectivo preço dos fornecedores de cada produto adquirido pela IES. Algumas informações foram obtidas diretamente nos sites dos fornecedores, como: localidade, disponibilidade de produtos sustentáveis, preços, porte da empresa e a existência de relatório de sustentabilidade.

## 6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

### 6.1 Papel Sulfite A-4 75 g

Nesta seção compara-se a aquisição de dois tipos de papel sulfite A-4 75 g, o branco e o reciclado, ambos resma com 500 folhas. A Tabela 2 apresenta a cotação de preços para o papel sulfite A-4 75 g branco e reciclado para a quantidade de 1500 unidades por mês. Vale destacar que serão usados pseudônimos para se referir aos fornecedores, a fim de preservar a identidade dos mesmos.

O fornecedor A é uma empresa de grande porte, fabricante de papel, sediada na cidade de São Paulo-SP, possui no seu *portfólio* o papel branco, o reciclado e o papel cartão para copo desenvolvido a partir de fonte renovável proveniente do plantio de eucalipto. Esse fornecedor demonstra buscar o uso consciente dos recursos naturais a partir de ações que envolvem aspectos financeiros, sociais e ambientais. Ademais, o fornecedor A tem incorporado vários projetos sociais, como por exemplo, Escolas de Heróis, que promove aulas e ações de sensibilização, com foco na formação de valores que possibilitam instigar práticas para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, além de outros valores pertinentes à cultura e à sustentabilidade.

O fornecedor B é uma empresa de médio porte, sediada na cidade de Campinas-SP, apresenta no seu *portfólio* de produtos uma vasta variedade de itens de escritório, informática,

papelaria e descartáveis, porém o papel sulfite A-4 75 g reciclado só é vendido sob encomenda, não faz parte do seu catálogo de itens.

Tabela 2 – Cotação de preços do papel sulfite A-4 75 g. branco e papel reciclado (em reais)

	Fornecedor									
	A		B		C		D		E	
	Branco	Reciclado	Branco	Reciclado	Branco	Reciclado	Branco	Reciclado	Branco	Reciclado
<b>Resma com 500</b>	16,86	19,02	22,30	22,48	19,75	22,70	14,20	18,91	21,40	24,45
<b>Total mês - Comprador (1000)</b>	25,29	28,53	33,45	33,72	29,63	34,05	21,30	28,37	32,10	36,68
<b>Total ano - Comprador (1000)</b>	303,4	342,4	401,4	404,6	355,6	408,6	255,6	340,4	385,2	440,2

Fonte: Elaboração própria.

O fornecedor C é uma empresa de pequeno porte, sediada na cidade de Campinas-SP, apresenta no seu *portfólio* itens de papelaria, informática, armarinhos e aviamentos. O seu site apresenta uma breve apresentação, com sua missão, visão e valores.

O fornecedor D é uma empresa atacadista de grande porte, com matriz na cidade de São Paulo e filial na cidade de Itú-SP, Feira de Santana-BA e Itabuna-BA. Esse fornecedor tem em seu *portfólio* uma variedade grande de itens de informática, papelaria e escritório.

O fornecedor E é uma empresa de pequeno porte, localizada na cidade de Campinas-SP. No seu site há um *portfólio* de itens de escritório, papelaria e presentes.

Dentre os fornecedores analisados, apenas o fornecedor A apresenta Relatório de Sustentabilidade, divulgado em 2018, e desenvolvido através dos conceitos e métodos do GRI (*Global Reporting Initiative*).

Como é possível observar na Tabela 2, há uma variação de preços entre os fornecedores consultados tanto para o papel branco como para o papel reciclado, possivelmente pelo posicionamento de mercado, estrutura, política de preços e capacidade de compra, armazenagem e distribuição. O fornecedor D tem o menor preço para a resma (R\$ 14,20 para o papel branco e R\$ 18,91 para o papel reciclado). A partir do consumo médio mensal, a compra desse produto gera um gasto de R\$ 21.300,00 por mês e R\$ 255.600,00 por ano para o papel branco e um gasto de R\$ 28.370,00 por mês e R\$ 340.440,00 por ano para o papel reciclado.

Ao se comparar o valor da resma do papel branco (R\$ 14,20) *versus* o papel reciclado (R\$ 18,91) evidencia-se uma desigualdade significativa entre os preços, o papel reciclado tem valor aproximadamente 33% mais caro quando comparado com o preço do papel branco.



A dimensão ambiental na análise desse produto merece destaque, pois conforme Froehlich (2014), o processo fabril de um produto deve levar em consideração a preservação da natureza, proteção de recursos naturais, diminuição da poluição e uso racional dos recursos naturais.

Todas as empresas consultadas fabricam o papel reciclado, embora com preço muito superior ao do papel branco. Uma explicação para este fato pode ser esclarecida por Ribeiro et al. (2012) ao se referirem ao consumo de energia e água no processo produtivo do papel branco e reciclado. Os mesmos autores assinalam que na produção de 1000 toneladas de papel branco são consumidas 4.000 Mega-Joules e para a mesma quantidade de papel reciclado são necessárias 10.500 Mega-Joules de energia, essa significativa diferença impacta diretamente o processo produtivo.

Outro parâmetro relevante na fabricação de papel é o uso de água, componente essencial na fabricação de celulose e papel. Para uma tonelada de papel branco são utilizados 8,5 mil litros de água e para o papel reciclado 13,5 mil litros de água. Isso ocorre porque a confecção do papel reciclado é realizada a partir de fibras virgens e fibras recicladas. A obtenção de fibras recicladas é um método lento, utiliza-se aproximadamente 3.500 litros de água por tonelada nesse processo, pois as aparas de papel após o uso passam por diversos processos de limpeza e destintamento.

Conforme exposto, o maior consumo de energia elétrica e de água no processo de produção do papel reciclado pode colaborar para a elevação do seu preço, quando comparado com o processo de produção do papel branco. Por outro lado, o processo de produção do papel reciclado utiliza matéria-prima reciclada.

Outro fator que pode estar contribuindo para o preço elevado do papel reciclado reside na dificuldade de atendimento da demanda desse produto pelos fabricantes, devido à ausência de matéria-prima de boa qualidade (LUCIANER, 2011).

## 6.2 Copo e Mexedor plástico para Café

Nesta seção compara-se a aquisição de dois tipos de copos, o copo plástico descartável e o copo biodegradável e dois tipos de mexedor de café, o descartável e o biodegradável. A Tabela 3 apresenta a cotação de preços para os dois tipos de copos, plástico descartável e o biodegradável de 180 ml para a quantidade de 1000 unidades por mês. A Tabela 4 apresenta a cotação de preços para o mexedor plástico e o mexedor biodegradável para café para a quantidade de 100 unidades por mês.

Os fornecedores F e G estão localizados na cidade São Paulo-SP, tratam-se de empresas de grande porte no seu segmento. Não foi encontrada informação sobre oferecimento de produtos sustentáveis nos seus *portfólios*.

O fornecedor H da cidade de Campinas-SP é uma empresa de grande porte. No seu *portfólio* de produtos, foram encontrados somente lixeiras para coleta seletiva e um gel limpador para as mãos com esfoliante natural biodegradável a base de casca de nozes.

O fornecedor I da cidade de São Paulo-SP é uma empresa de grande porte no segmento de produtos de limpeza, higiene e descartáveis. A empresa fornece os produtos copo e mexedor

biodegradáveis sob encomenda. Traz no seu site uma mensagem que respeita o meio ambiente e o desenvolvimento social através de práticas sustentáveis.

Conforme a Tabela 3, o fornecedor H propõe o menor valor unitário (R\$ 1,99) pelo pacote do copo plástico. A partir do consumo médio mensal, esse produto representa um gasto de R\$ 1.990,00 ao mês e R\$ 23.880,00 ao ano.

O fornecedor J da cidade de Valinhos-SP é uma empresa especializada em produtos biodegradáveis (copo, canudo, luvas, pzinhas, talheres etc.). Na página inicial do site destaca-se a importância de se preservar o meio ambiente e o uso de produtos biodegradáveis. No site encontra-se uma certificação de que todos os produtos são fabricados exclusivamente com aditivos biodegradáveis certificados pela ABNT PE.308.01, com selo ecológico do programa de qualidade ambiental oferecido pelo INMETRO e Global Ecolabelling Network.

Tabela 3 – Cotação de preços dos copos plástico descartável e biodegradável (em reais)

	Fornecedor					
	F	G	H	I	I	J
	Plástico				Biodegradável	
<b>Embalagem com 100 peças</b>	2,20	2,18	1,99	2,06	49,50	7,96
<b>Total mês - Comprador</b>	2200	2180	1990	2060	49500	7960
<b>Total ano - Comprador</b>	26400	26160	23880	24720	594000	95520

Fonte: Elaboração própria.

Não foi encontrada nenhuma informação, no site dos fornecedores analisados, sobre a divulgação do relatório de sustentabilidade.

Como pode ser observado na Tabela 3, o menor preço apresentado para o copo biodegradável é do fornecedor J, R\$ 7,96 a embalagem. Considerando o consumo médio mensal de 1000 embalagens com 100 peças o gasto mensal para esse produto é de R\$ 7.960,00 e de R\$ 95.520,00 ao ano.

Tabela 4 – Cotação de preços do mexedor plástico e biodegradável para café (em reais)

	Fornecedor					
	F	G	H	I	I	J
	Plástico				Biodegradável	
<b>Embalagem com 500 peças</b>	2,99	3,39	3,65	3,45	35,00	34,50
<b>Total mês - Comprador</b>	299,0	339,0	365,0	345,0	3500,0	3450,0
<b>Total ano - Comprador</b>	3588	4068	4380	4140	42000	41400

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na Tabela 4, o menor preço do mexedor plástico é proposto pelo fornecedor F: R\$ 2,99 a embalagem. Considerando o consumo médio mensal de 100 embalagens com 500 peças o gasto mensal para esse produto é de R\$ 299,00, isto é, R\$ 3.588,00 ao ano.

Como pode ser observado na Tabela 4, o fornecedor J apresenta o menor preço para o mexedor biodegradável: R\$ 34,50 a embalagem. Tendo em vista o consumo médio de 100 embalagens com 500 peças, o gasto mensal para esse produto é de R\$ 3.450,00 e de R\$ 41.400,00 ao ano. É interessante mencionar a baixa disponibilidade de fornecedores de produtos biodegradáveis.

### 6.3 Análise dos Resultados

Foi possível constatar que os produtos sustentáveis - reciclado, biodegradável -, têm custos mais elevados quando comparados aos produtos convencionais. Alguns desses produtos possuem baixa oferta de fornecedores no mercado, o que torna o processo de produção oneroso e sem competitividade (SEIXAS, 2018).

Biderman et al. (2008) enfatizam a importância da mudança nos padrões de consumo. O mesmo autor complementa que as IES poderiam adotar em seus processos de compras uma exigência sustentável quanto às aquisições. Dessa forma, poderia ser iniciado um movimento dos fornecedores para atender essa nova exigência e, como consequência, haveria aumento da oferta desses produtos sustentáveis, provocando uma redução nos preços.

De acordo com Beltrame (2017), as compras sustentáveis buscam alcançar o equilíbrio adequado entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja, a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O ato de “comprar bem” em um passado não muito distante trazia como grande preocupação a avaliação da relação custo-benefício, focando apenas no preço, prazo e qualidade.

Para Walker e Brammer (2009), o princípio do custo *versus* benefício deve ser considerado, pois atualmente, comprar bem não se deve levar em conta somente o menor preço e, sim os benefícios ao incluir critérios ambientais no processo de compras.

A principal barreira para a adoção das práticas de compras sustentáveis encontra-se no fator econômico, pois os produtos sustentáveis apresentam custos mais elevados quando comparados com os convencionais (PREUSS, 2007; WALKER; BRAMMER, 2009; ZHU; GENG; SARKIS, 2013).

Além do obstáculo econômico, a ausência de fornecedores para alguns desses produtos também representa um fator de destaque (KORKMAZ, 2010; TESTA et al., 2012). A inserção das práticas de compras sustentáveis no processo de compras da IES em estudo pode atender padrões de produção e consumo sustentáveis, estando de acordo com exigência do Objetivo 12 da ONU (ONU, 2015).

O Quadro 1 assinala os benefícios e obstáculos das dimensões econômica, ambiental e social para os produtos analisados na visão do comprador.

Ademais, a contribuição resultante das práticas de compras sustentáveis pode converter-se na utilização efetiva dos recursos naturais, reduzir consideravelmente a origem dos resíduos por meio da reciclagem e do reuso. A exigência das IES por produtos sustentáveis pode provocar nas empresas a modificação dos processos fabris de seus produtos para padrões mais sustentáveis, gerando empregos e promovendo o progresso local (ONU, 2015).

As adoções das práticas de compras sustentáveis podem contribuir com os princípios relacionados à proteção ambiental do Pacto Global (OLIVEIRA et al., 2008). Nessa linha, ICLEI (2015) e Santiago e Duarte (2011), assinalam que a adoção das práticas de compras sustentáveis pode trazer benefícios e vantagens como: redução do uso de água, de energia e demais insumos naturais e melhora da reputação institucional.

Conforme ICLEI (2015), a adoção das práticas de compras sustentáveis pode apoiar as três dimensões da sustentabilidade. Na ambiental, ocorre a redução do uso de água, de energia, de matéria-prima natural e favorece a reciclagem. Na social, ocorre acessibilidade, direitos básicos e salários mais justos. Por fim, na econômica, ocorre inovação, ciclo de vida dos produtos, crescimento e geração de empregos.

Quadro 1 – Benefícios e obstáculos (econômico, ambiental e social) à luz da visão do comprador

Produto	Benefícios - Dimensão			Obstáculos - Dimensão		
	Econômica	Ambiental	Social	Econômica	Ambiental	Social
<b>Papel Sulfite A-4 75 g</b>	Ganho reputacional por atuar ativamente na proteção socioambiental: “imagem positiva”	Estímulos, desenvolvimento e conscientização dos mercados/comunidades locais, geração de emprego	Estímulos, desenvolvimento e conscientização dos mercados/comunidades locais, geração de emprego	Percepção de maiores custos, por não contemplar o benefício econômico futuro	Falta de conhecimento sobre meio ambiente por parte dos fornecedores	Não se Aplica
<b>Copo para água</b>						Poucos fornecedores de bens ou serviços sustentáveis
<b>Mexedor para café</b>						

Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista do comprador, uma empresa pode ter inúmeros benefícios e vantagens ao inserir em seus processos as práticas de compras sustentáveis. Como consequência, North (1990) destaca alguns benefícios, como a redução do consumo de água, energia e demais insumos utilizados no processo de fabricação; o comércio e reutilização de resíduos decorrentes do processo de reciclagem; a diminuição de multas e penalidades por contaminação e a melhora da imagem e reputação institucional.

Em contrapartida, Testa et al. (2016) assinalam alguns entraves para a realização de compras sustentáveis, como por exemplo a falta de informação sobre o real impacto ambiental dos produtos, a dificuldade de encontrar fornecedores e de definir diretrizes para as compras.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada possibilitou identificar e analisar os processos de compras de alguns produtos com vistas a detectar os benefícios e obstáculos da adoção das práticas de compras sustentáveis de uma Instituição de Ensino Superior Privada Comunitária.

No sentido de contornar os obstáculos identificados, uma possível sugestão seria utilizar o conceito denominado Produção Puxada pelo consumo, no qual a produção ocorre a partir da demanda dos clientes. A demanda dos produtos poderia ser elevada por meio da junção de várias IES, com a finalidade de realizarem compras coletivas dos produtos de uso comum.

Para superar alguns obstáculos, no caso do produto papel sulfite A-4 75 g reciclado, algumas ações poderiam ser implantadas para redução do seu consumo: guarda eletrônica dos documentos, arquivo digital; campanha interna de conscientização; criação de um birô ou ilha de impressão, no qual os usuários precisam se locomover até o local para retirar suas impressões por meio da liberação por senha. Isso pode ocasionar um sentimento de inibição, pois outras pessoas poderão visualizar os documentos impressos e, como consequência, as impressões poderão ser mais conscientes; implantação de *software* de bilhetagem para identificar a quantidade, data e horário das folhas impressas de cada usuário. Adicionalmente, seria interessante criar um plano de gerenciamento de resíduos que contemple políticas de coleta seletiva, reciclagem e logística reversa.

Pode-se afirmar, que para os produtos copo e mexedor biodegradáveis analisados, os maiores obstáculos encontrados foram o econômico e a ausência de fornecedores. Algumas ações internas possíveis de serem executadas no consumo desses produtos feitos de material plástico, que atenuem os obstáculos mencionados e, ao mesmo tempo favoreçam a redução da geração de resíduos, podem ser: campanha de conscientização quanto ao uso do copo plástico, sensibilizando os funcionários sobre a importância de reutilizá-los; estímulo da utilização de garrafas ou *squeeze*, pelos funcionários, para tomarem água e uso de canecas não descartáveis, pelos funcionários, para tomarem café; Criação de copas equipadas para lavar os utensílios a serem reutilizados.

Destaca-se que um dos obstáculos para a adoção de práticas de compras sustentáveis na instituição estudada é a falta de fornecedores que ofertem bens e/ou serviços amparados em critérios de sustentabilidade. Uma forma de contornar, ou ao menos minimizar esse

obstáculo, consiste em implantar uma política de compras sustentáveis de tal forma a abranger o desenvolvimento de fornecedores que consideram como prática as questões ambientais integradas no processo de produção.

Quanto ao desenvolvimento de fornecedores, inicialmente deve-se fazer uma pesquisa regional, estadual ou mesmo nacional sobre a existência de fornecedores que possuem em seu *portfólio* produtos não agressivos ao meio ambiente, eficientes no consumo de energia e de recursos naturais e que possam ser reciclados, reutilizados ou armazenados de forma segura. Recomenda-se um esforço para sensibilizar os fornecedores locais quanto a importância de terem em seu *portfólio* produtos sustentáveis, pois, isso pode, além de melhorar sua imagem, contribuir para as questões ambientais e sociais.

É fundamental desenvolver um programa de relacionamento permanente entre cliente e fornecedor, envolvendo não somente compras eventuais ou programadas, como também o desenvolvimento de produtos, com o objetivo de aumentar seu desempenho e capacidade, a fim de que possa atender às necessidades de suprimentos sustentáveis das empresas compradoras.

A parceria com fornecedores pode também incluir estudos de desenvolvimento de produtos mais sustentáveis que contemplem materiais e fontes energéticas de baixo impacto, reutilização, redução das embalagens e dos gastos com transporte.

De forma complementar, após o estabelecimento das parcerias com os fornecedores, é necessário que se mantenha tal fonte de suprimentos, e uma das ferramentas é o monitoramento, acompanhamento e avaliação desses fornecedores, processo que deve ser contínuo nos departamentos de compras das organizações.

Vale destacar a visibilidade que pode ser proporcionada com a implementação de compras sustentáveis em Instituições de Ensino tendo em vista o seu caráter como formadora de opinião, sobretudo para as IES privadas, pois são responsáveis por grande parte da oferta de vagas no Ensino Superior no Brasil já que cobrem lacunas encontradas no ensino público, como a flexibilização do horário das aulas. O objetivo de uma IES comunitária está voltado para a educação e serviços sociais com o intuito de melhorar a qualidade de vida da sociedade. Os recursos arrecadados são revertidos para o ensino, pesquisa e projetos de extensão que atendem à comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPOLLONI, A. et al. Green Procurement in the private sector: a state of the art review between 1996 and 2013. *Journal of Cleaner Production*, v. 85, p. 122-133, 2014.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Revista Educação e Sociedade*, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BELTRAME, F. M. **As licitações públicas como um mecanismo para a promoção do desenvolvimento sustentável: um estudo na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.** 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017.

BIDERMAN, R. et al. (org.). **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8666cons.htm#targetText=Art.,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm#targetText=Art.,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico).

Acesso em: 02 jun. 2023.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESPIN-MAZET, F.; DONTENWILL, E. Sustainable procurement: Building legitimacy in the supply network. **Journal of Purchasing and Supply Management**, v. 18, n. 4, p. 207-217, 2012.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Yendis, 2007.

FROELICH, C. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. Desenvolve: **Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 3, n. 2, p. 151-168, 2014.

ICLEI. Governos Locais para a Sustentabilidade Manual Procura+: Um Guia para Implementação de Compras Públicas Sustentáveis. 3. ed. São Paulo: ICLEI Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.procurement-forum.eu/resource/download/653/manual-procura-br-final.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2015: os desafios para acelerar o ritmo e a direção da expansão da educação superior em sintonia com o Plano Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/apresentacao/2015/Apresentacao\\_Censo\\_Superior\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/apresentacao/2015/Apresentacao_Censo_Superior_2015.pdf). Acesso em: 02 jun. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2016: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf). Acesso em: 02 jun. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2017: divulgação dos principais resultados**. Brasília: INEP, 2018a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 02 jun. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior: notas estatísticas de 2017**. Brasília: INEP, 2018b. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/documentos/2018/centso\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2018/centso_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf). Acesso em: 02 jun. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

KORKMAZ, A. **Benefits and obstacles of environmental, social and sustainable procurement**. Seul: IPPC4, 2010.

Disponível em: <http://www.ipppa.org/IPPC4/Proceedings/07GreenProcurement/Paper7-2.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

LUCIANER, B. **Onda do papel reciclado começa a ser questionada**. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/noticias/onda-do-papel-reciclado-comeca-a-ser-questionada/102245/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Contratações públicas sustentáveis**. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/contratacoes-publicassustentaveis>. Acesso em: 06 de abr. 2023.
- NORTH, R. **War, peace, survival**: Global politics and conceptual synthesis. Boulder: Westview Press. 1990.
- OLIVEIRA, J. A. P. et al. A implementação do Pacto Global pelas Empresas do Paraná. **RGSA: Revista de Gestão Social Ambiental**, v. 2, n. 3, p. 92-110, 2008.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivo 12**: Consumo e produção responsáveis. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. [S.l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods12/>. Acesso em: 10 out. 2022.
- PAES, C.O. et al. Práticas, benefícios e obstáculos nas compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática de literatura. **RGSA –Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 13, n. 2, p. 21-39, 2019.
- PREUSS, L. Buying into our future: Sustainability initiatives in local government procurement. **Business Strategy and the Environment**, v.16, n. 5, p. 354-365, 2007.
- RIBEIRO, D. P. S. et al. **A eco-eficiência do papel branco versus o papel reciclado**. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: [http://www.ib.unicamp.br/dep\\_biologia\\_animal/sites/www.ib.unicamp.br.site.dep\\_biologia\\_animal/files/9.%20A%20Ecoefici%C3%80ncia%20do%20papel.pdf](http://www.ib.unicamp.br/dep_biologia_animal/sites/www.ib.unicamp.br.site.dep_biologia_animal/files/9.%20A%20Ecoefici%C3%80ncia%20do%20papel.pdf). Acesso em: 31 mai. 2022.
- RODRIGUES, L. A. et al. Pobreza, crescimento econômico e degradação ambiental no meio urbano brasileiro. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, v. 26, p. 11-24, 2016.
- SAMPAIO, H. M. S. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2000.
- SANTIAGO, D. L.; DUARTE, L. S. Desafios e vantagens da Gestão Ambiental no contexto organizacional., **Anais - Encontro científico e simpósio de educação unisalesiano: educação e pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores**, v. 3, 2011.
- SEIXAS, E. S. **Governança nas compras públicas sustentáveis**: um modelo para os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia baseado na análise de redes sociais. 2018. 183 f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- SILVA, A. M. M.; GOMES, J. M. A. A questão ambiental e as compras públicas sustentáveis na Administração Pública Federal: oportunidades e desafios. **Anais - Congresso Internacional de Administração: conhecimento: a alavanca do desenvolvimento** Ponta Grossa: ADMPG, 2017.
- TERENCE, A. C. F. ; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem qualitativa, quantitativa e utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. **Anais ENEGEP**, Fortaleza: ABEPRO, 2006.
- TESTA, F. et al. What factors influence the uptake of GPP (green public procurement) practices? **Ecological Economics**, v. 82, p. 88-96, 2012.
- TESTA, F. et al. Drawbacks and opportunities of green public procurement: an effective tool for sustainable production. **Journal of Cleaner Production**, v. 112, n. 3, p. 1893-1900, 2016.
- WALKER, H.; BRAMMER, S. Sustainable procurement in the United Kingdom public sector. **Supply Chain Management**, v. 14, n. 2, p. 128-137, 2009.
- ZHU, Q., GENG, U.; SARKIS, J. Motivating green public procurement in China: An individual level perspective. **Journal of Environmental Management**, v. 126, p. 85-95, 2013.